



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santa Cruz do Arari



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Cruz do Arari (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



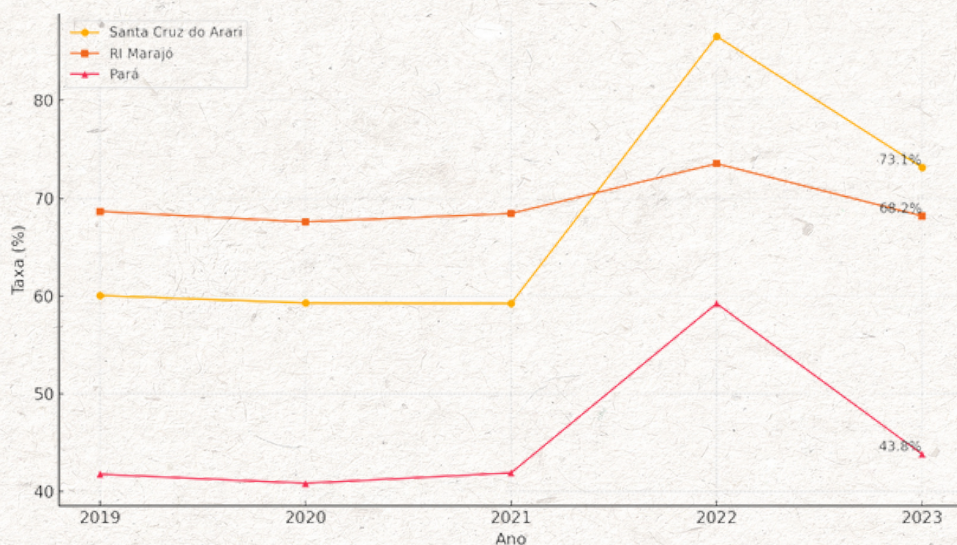
Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, Santa Cruz do Arari apresentou relativa estabilidade na taxa de pobreza, oscilando levemente entre 60,1% e 59,3%. No entanto, em 2022, ocorreu um salto expressivo, atingindo 86,1%, o maior valor da série. Em 2023, a taxa recuou para 73,1%, mas ainda permaneceu muito acima dos níveis anteriores à pandemia. A Região de Integração do Marajó também registrou alta em 2022 (73,2%), seguida de queda em 2023 (68,2%), embora com menor intensidade. Já o estado do Pará oscilou entre 41,2% (2020) e 59,4% (2022), terminando 2023 em 43,8%.

Observa-se que todas as esferas geográficas sofreram aumento em 2022, possivelmente como reflexo da crise sanitária e econômica (Gráfico 1).

Santa Cruz do Arari destacou-se negativamente, mantendo-se com os maiores índices de pobreza ao longo da série, sobretudo em 2022, quando ultrapassou em mais de 40 pontos percentuais a média estadual. Mesmo após o recuo em 2023, o município ainda apresentou um patamar elevado de 73,1%, revelando a persistência de fragilidades socioeconômicas locais. A comparação com a RI do Ma-

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

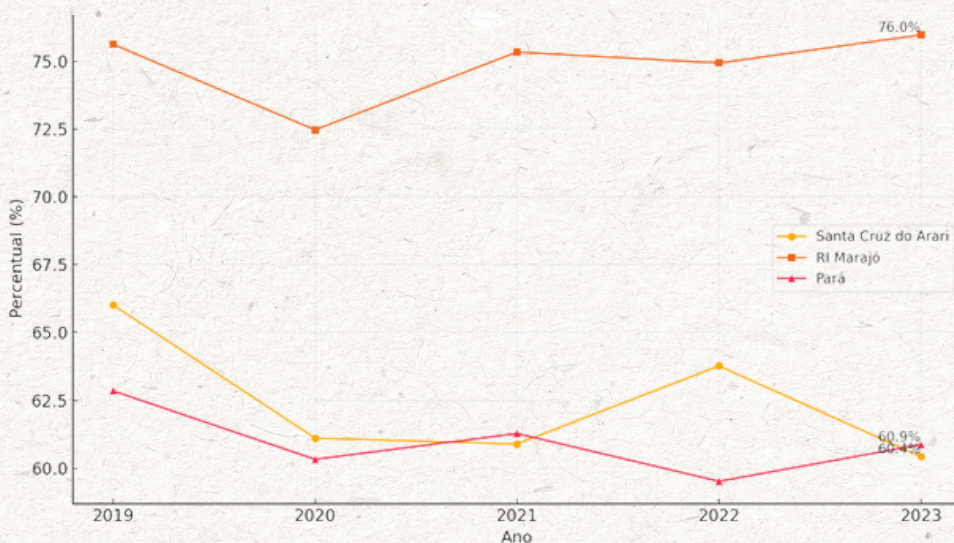
Em Santa Cruz do Arari, os percentuais de despesas públicas com serviços essenciais demonstraram tendência de redução no período analisado. O índice caiu de 66,2% em 2019 para 61,1% em 2020 e permaneceu estável em 2021 (61,3%). Em 2022, houve um leve aumento para 63,7%, seguido de nova queda para 60,4% em 2023. A RI do Marajó oscilou entre 72,7% (2020) e 76,0% (2023), mantendo-se em patamar superior e relativamente estável. Já o estado do Pará partiu de 62,9% em 2019, caiu para 59,5% em 2022 e subiu para 60,9% em 2023. A trajetória do município foi de decréscimo, em contraste com a da região (Gráfico 2).

A redução das despesas em Santa Cruz do Arari ao longo do período pode refletir limita-

ções orçamentárias ou mudanças na prioridade do gasto público municipal. Essa retração contrasta com o crescimento na RI do Marajó e a recuperação do estado do Pará, sugerindo possível descompasso no atendimento às necessidades locais. A queda no investimento em serviços essenciais pode ter repercussões diretas nos indicadores sociais, como evidenciado no aumento da pobreza no município em 2022. A diferença em relação à RI, que alcançou 76% em 2023, reforça a urgência de políticas redistributivas e de planejamento estratégico local. Para que o município possa reverter os quadros de vulnerabilidade, é necessário recompor e qualificar os gastos públicos sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

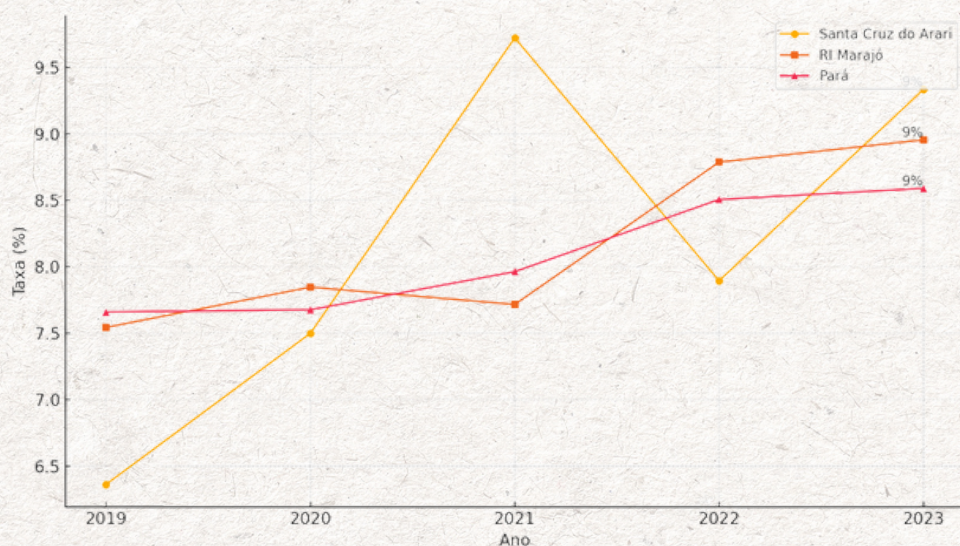
A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Santa Cruz do Arari teve trajetória instável e ascendente. O indicador partiu de 6,4% em 2019, subindo para 7,5% em 2020 e disparando para 9,7% em 2021, o maior valor do período. Em 2022, houve queda para 7,9%, mas o índice voltou a subir em 2023, fechando em 9,0%. Na Região de Integração do Marajó, a taxa também cresceu: de 7,6% (2019) para 9,0% (2023). O estado do Pará apresentou evolução semelhante, passando de 7,7% em 2019 para 9,0% em 2023, com tendência crescente e estável (Gráfico 3).

Apesar de acompanhar o comportamento regional e estadual, Santa Cruz do Arari de-

monstrou maior variação nos valores, evidenciando vulnerabilidade sanitária e social. O pico em 2021 (9,7%) pode refletir impactos da pandemia sobre a saúde materno-infantil, incluindo limitações no pré-natal e insegurança alimentar. Embora tenha havido leve redução em 2022, o índice voltou a crescer em 2023, indicando que o problema persiste. Essa situação demanda atenção especial na rede de saúde básica, com foco em gestantes e recém-nascidos. É necessário fortalecer o acompanhamento nutricional e ampliar a cobertura de serviços de saúde. A elevação persistente do indicador alerta para riscos futuros no desenvolvimento infantil e na qualidade de vida (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

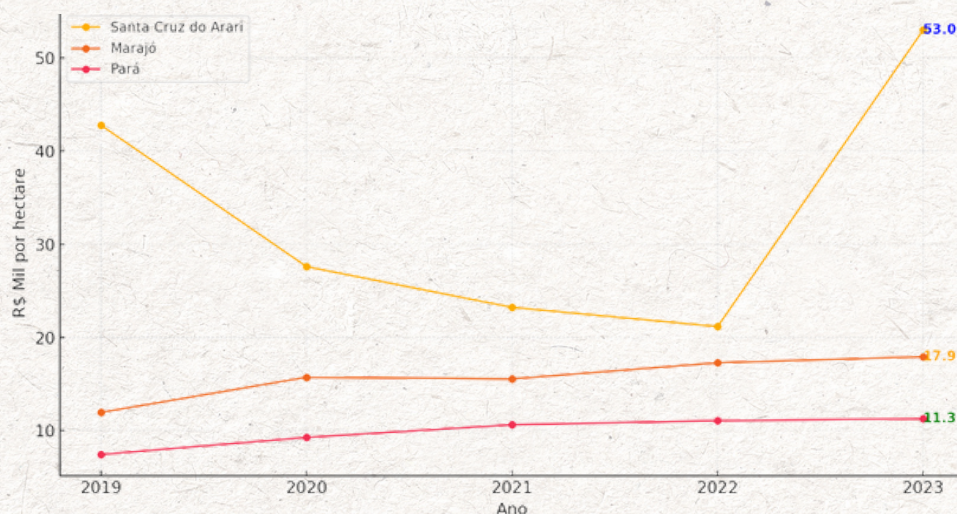
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santa Cruz do Arari iniciou o período em nível elevado, com R\$ 43 mil/ha em 2019, mas apresentou queda contínua até 2022, quando atingiu R\$ 21,6 mil/ha. Em 2023, houve uma recuperação expressiva, com o indicador saltando para R\$ 53 mil/ha, o maior valor da série. Na RI do Marajó, a evolução foi mais moderada, indo de R\$ 12,1 mil/ha em 2019 para R\$ 17,9 mil/ha em 2023. O estado do Pará também registrou crescimento, saindo de R\$ 7 mil para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo período. Apesar da oscilação, o município lidera a produtividade em comparação com os demais níveis (Gráfico 4).

O forte crescimento registrado em 2023 pode estar associado à recuperação de safras, maior mecanização ou mudanças no perfil produtivo local. Ainda assim, a grande volatilidade do indicador entre os anos revela uma base agrícola instável, possivelmente dependente de variáveis climáticas ou de mercados específicos. Isso indica riscos econômicos para a renda rural local e necessidade de diversificação. Mesmo com níveis superiores à média regional e estadual, o município precisa de políticas de estabilização produtiva e apoio técnico contínuo. Incentivos à agroindustrialização e infraestrutura logística podem consolidar o potencial produtivo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 53 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

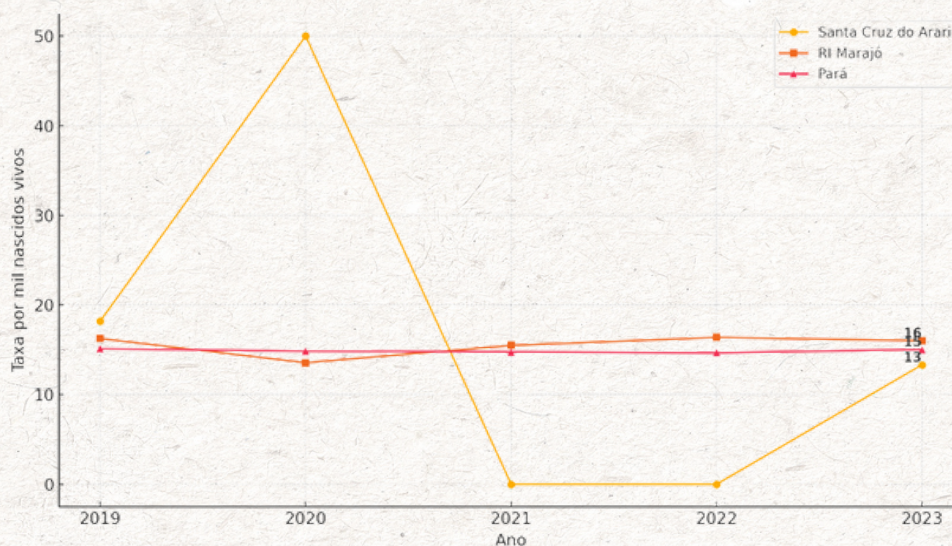
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Santa Cruz do Arari apresentou um comportamento extremamente irregular na taxa de mortalidade infantil. Em 2019, o município registrava 18 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2020, o número disparou para 50, representando um grave pico de mortalidade. Nos anos de 2021 e 2022, surpreendentemente, a taxa caiu para 0, o que pode indicar ausência de registros ou subnotificação. Em 2023, a taxa voltou a crescer, alcançando 13. Na Região de Integração do Marajó, a série variou entre 14 e 16 óbitos, com ligeira elevação final (Gráfico 5).

No estado do Pará, a taxa manteve-se estável ao longo dos anos, oscilando levemente entre 14 e 15. A discrepância em Santa Cruz do Arari, com um pico e dois anos zerados, aponta fragilidade nos dados ou situações excepcionais. É provável que fatores como baixa cobertura de saúde, subnotificação de nascimentos e óbitos, ou eventos epidemiológicos tenham interferido na série histórica. Em 2023, mesmo com melhora em relação a 2020, o indicador municipal ainda supera a média estadual. Para análises mais precisas, seria necessário reforçar os registros de nascimentos e óbitos. Também é urgente estruturar a rede de atenção à saúde infantil (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

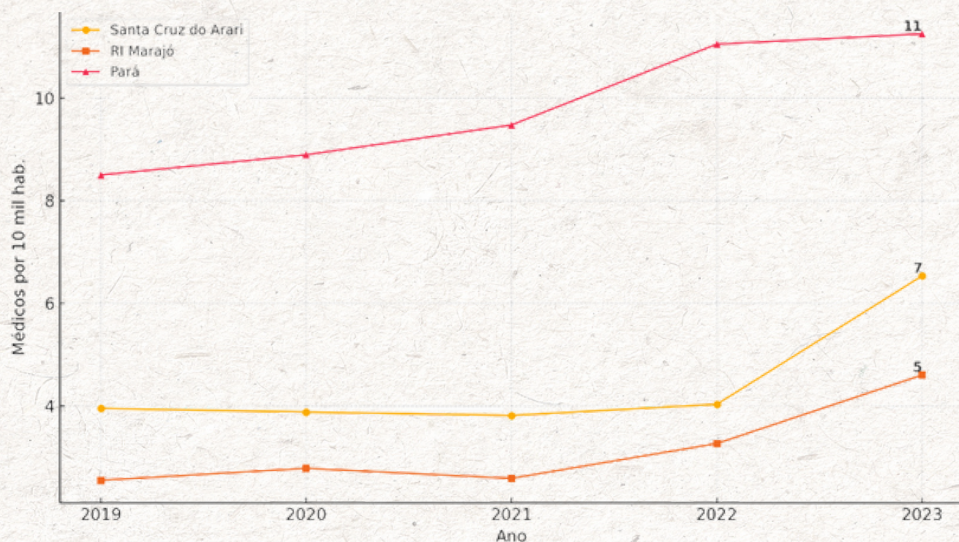
Em Santa Cruz do Arari, o número de médicos por 10 mil habitantes variou de forma ascendente no período. O município iniciou com 3,9 médicos em 2019, mantendo esse valor até 2021, quando subiu levemente para 4,0 em 2022. Em 2023, o número saltou para 7,0, o maior valor da série e o mais expressivo avanço entre os territórios analisados. A RI do Marajó partiu de 2,5 médicos em 2019 e chegou a 4,6 em 2023, com crescimento moderado. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos: de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

Apesar do crescimento recente em Santa

Cruz do Arari, o município ainda está abaixo da média estadual, mas passou a superar a média regional. Esse avanço pode estar relacionado a políticas de atração de profissionais, concursos públicos ou fortalecimento da atenção primária. A diferença histórica em relação ao estado permanece significativa, mas o salto em 2023 mostra evolução importante. A ampliação da presença médica é um fator-chave para melhorar indicadores de saúde como mortalidade infantil e baixo peso ao nascer. É necessário garantir que essa expansão seja sustentável, com boas condições de trabalho e fixação dos profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santa Cruz do Arari iniciou 2019 com 179 vagas por mil habitantes e manteve padrão semelhante até 2021, com leve crescimento para 180. Em 2022, houve uma expansão significativa, atingindo 240 vagas, o maior patamar do período. Contudo, em 2023, o número caiu para 227, ainda acima dos anos iniciais. Na RI do Marajó, os dados oscilaram entre 288 (2020) e 312 (2022), encerrando 2023 em 284. Já o estado do Pará apresentou valores mais baixos, indo de 212 em 2019 para 198 em 2023 (Gráfico 7).

O aumento expressivo em 2022 pode estar ligado à expansão da oferta educacional

para atender demandas reprimidas durante a pandemia. Mesmo com a queda em 2023, Santa Cruz do Arari manteve evolução positiva em relação a 2019. Comparado à média estadual, o município apresenta maior oferta proporcional de vagas, embora ainda abaixo da RI. A queda estadual em 2023 pode refletir estagnação na criação de novas vagas ou redução populacional escolar. É essencial monitorar a capacidade de atendimento para garantir equidade e qualidade no acesso à educação pública. Políticas de expansão devem vir acompanhadas de estrutura física e professores qualificados (Gráfico 7).

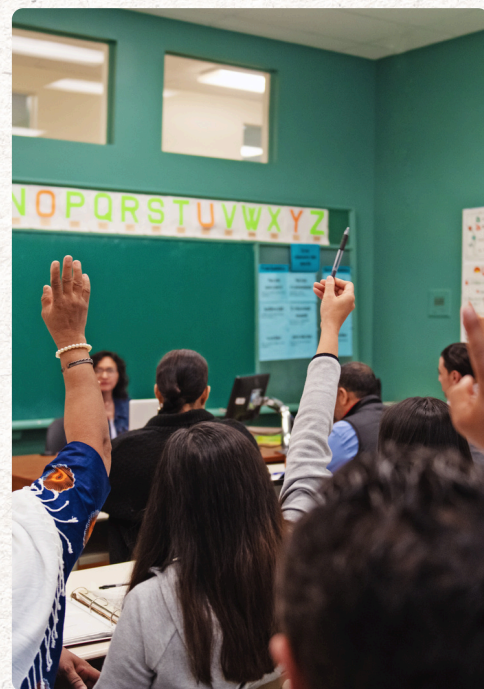
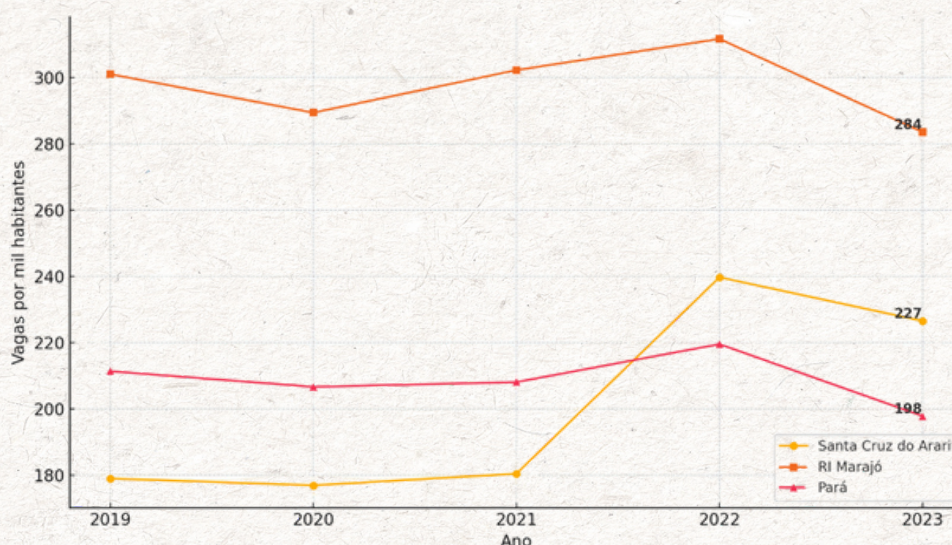


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 227 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

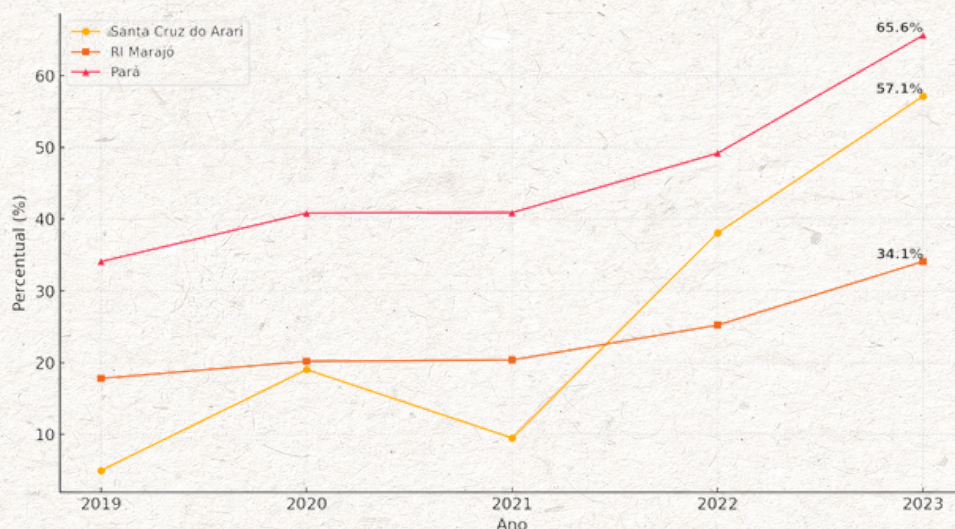
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, apenas 5% das escolas de Santa Cruz do Arari tinham acesso à internet. Esse percentual subiu para 18,8% em 2020, caiu para 9,5% em 2021 e cresceu fortemente nos anos seguintes, atingindo 38,7% em 2022 e 57,1% em 2023. A RI do Marajó apresentou crescimento mais lento, partindo de 18% em 2019 e chegando a 34,1% em 2023. Já o estado do Pará apresentou progressão contínua: de 34% em 2019 para 65,6% em 2023, mantendo-se à frente dos demais recortes (Gráfico 8).

O avanço em Santa Cruz nos últimos dois anos representa um esforço relevante para

reduzir a exclusão digital nas escolas. Ainda que abaixo da média estadual, o salto de mais de 40 pontos percentuais entre 2021 e 2023 é expressivo. A conectividade é essencial para garantir inclusão educacional, especialmente em contextos de ensino híbrido e uso de tecnologias em sala de aula. O atraso inicial em relação ao Pará comprometeu o acesso à educação durante a pandemia, mas os dados indicam recuperação. A meta agora deve ser universalizar esse acesso e garantir qualidade da conexão para uso pedagógico efetivo (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

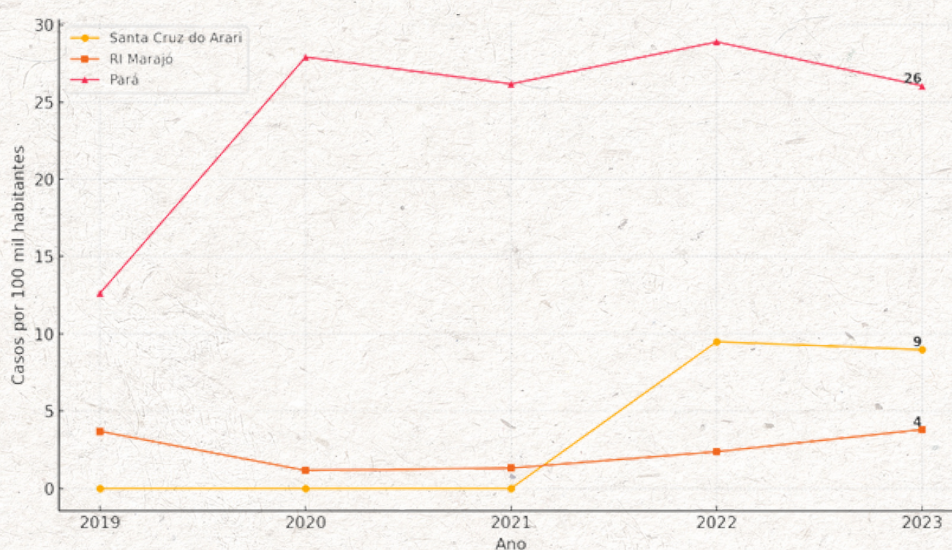


Em Santa Cruz do Arari, os registros de violência contra a mulher por parceiros iniciaram zerados entre 2019 e 2021, com aumento abrupto em 2022 (9,6 casos por 100 mil habitantes), seguido de uma leve queda para 9,0 em 2023. A Região de Integração (RI) do Marajó teve redução de 3,7 em 2019 para 1,2 em 2020 e 2021, com aumento até 4,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo, indo de 12,7 em 2019 para 28,6 em 2022, antes de recuar a 26,0 em 2023. O município segue abaixo das médias estadual e regional, embora em trajetória de alta recente (Gráfico 9).



A ausência de registros por três anos seguidos em Santa Cruz do Arari pode estar relacionada à subnotificação ou à falta de estrutura de denúncia. A partir de 2022, o surgimento de dados pode indicar o início de um processo de visibilidade do problema. Apesar da taxa ainda ser inferior à do Pará, o crescimento repentino requer atenção, pois pode apontar para uma realidade reprimida. A comparação com a RI Marajó, que apresenta dados mais contínuos, reforça a hipótese de falhas no sistema de registro municipal. Investimentos em serviços especializados, campanhas educativas e canais de acolhimento são essenciais para enfrentar essa violência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

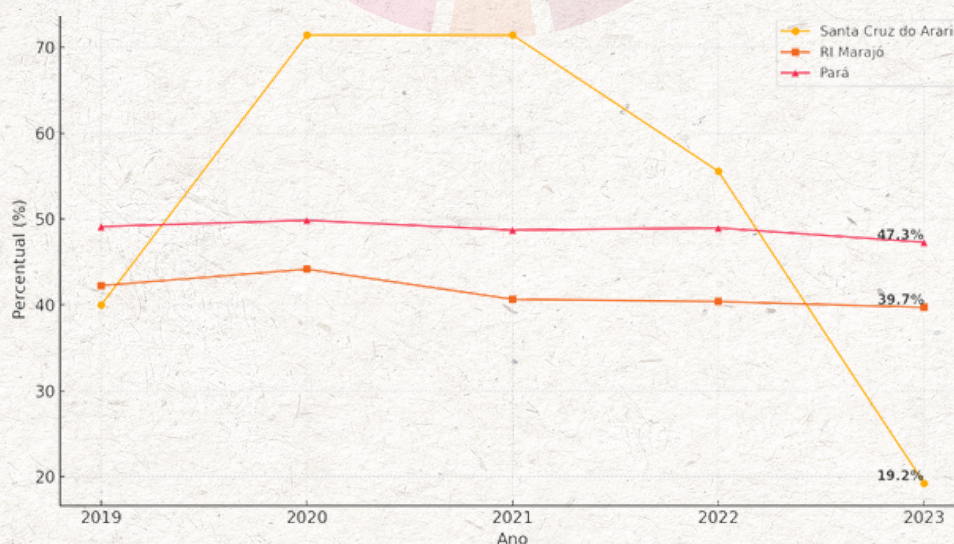
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Santa Cruz do Arari, a participação feminina em cargos gerenciais saltou de 40,2% em 2019 para expressivos 71,3% em 2020 e 2021. A partir de então, houve forte declínio: 55,7% em 2022 e apenas 19,2% em 2023. A RI do Marajó manteve relativa estabilidade, com queda discreta de 42,1% em 2020 para 39,7% em 2023. O estado do Pará apresentou leve oscilação, partindo de 48,7% em 2019 e encerrando o período em 47,3% (Gráfico 10).



O padrão observado em Santa Cruz do Arari sugere um pico fora da curva nos anos centrais, possivelmente relacionado a alguma política ou ação pontual local. A queda brusca nos últimos anos é preocupante e pode refletir retrocessos institucionais ou descontinuidade de programas de inclusão. A baixa de 2023 coloca o município bem abaixo da média estadual, indicando um retrocesso na equidade de gênero na liderança. É urgente retomar políticas de promoção à liderança feminina, com foco em setores públicos e privados. A estabilidade nas demais regiões destaca a anormalidade da queda local, que merece investigação (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

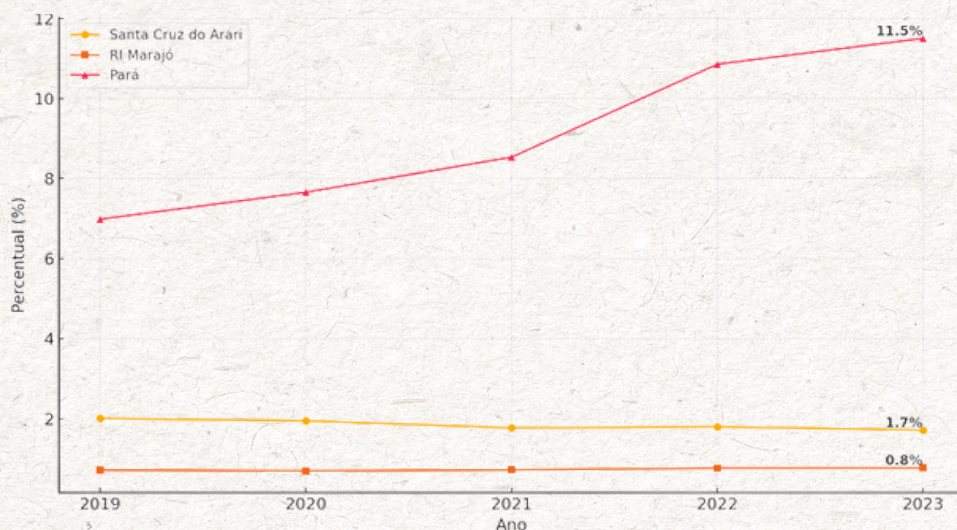
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Santa Cruz do Arari iniciou 2019 com 2,0% da população de baixa renda atendida por coleta de esgoto. Esse percentual manteve-se estável até 2021, caindo ligeiramente para 1,9% e 1,7% em 2022 e 2023, respectivamente. A RI do Marajó manteve valores inferiores durante toda a série, oscilando entre 0,7% e 0,8%. Já o estado do Pará apresentou progressão contínua: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, demonstrando melhorias mais consistentes (Gráfico 11).

O desempenho de Santa Cruz do Arari é extremamente limitado, com estagnação e leve retração no atendimento da população de baixa renda com esgoto. Enquanto o estado avançou, o município permanece com cobertura mínima, o que evidencia forte desigualdade no acesso ao saneamento básico. Essa precariedade impacta diretamente na saúde pública e na qualidade de vida dos mais vulneráveis. A diferença em relação à média estadual chega a quase 10 pontos percentuais. Para reverter esse quadro, são necessárias obras estruturais e priorização de investimentos em áreas periféricas e rurais. A integração com programas estaduais e federais pode acelerar esse avanço (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

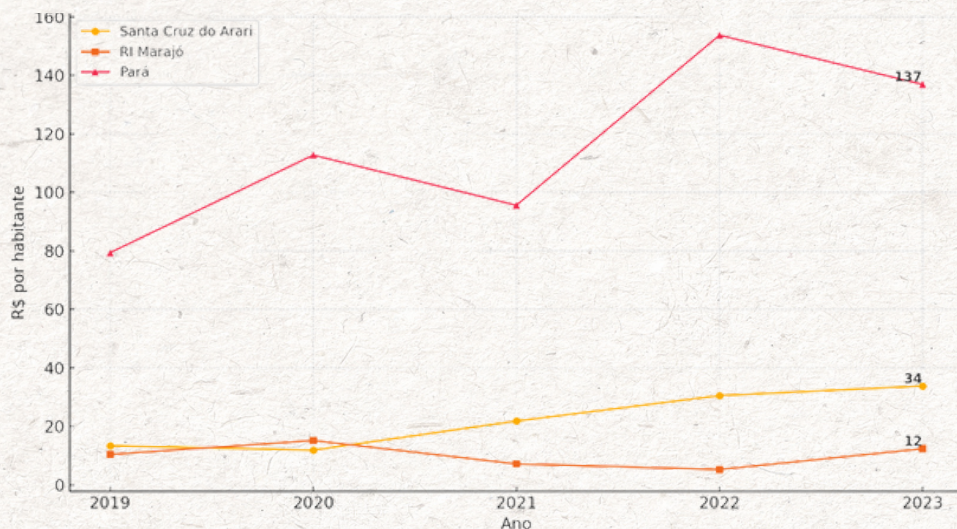
Santa Cruz do Arari apresentou crescimento significativo no gasto per capita com saneamento básico. Em 2019, o valor era de R\$ 13 por habitante, aumentando gradualmente até atingir R\$ 34 em 2023. A RI do Marajó variou entre R\$ 8 e R\$ 12, enquanto o estado do Pará registrou investimentos muito superiores, com pico de R\$ 153 em 2022 e recuo para R\$ 137 em 2023. O município reduziu a diferença em relação à RI, mas ainda está longe do patamar estadual (Gráfico 12).

Apesar do crescimento local, o baixo valor absoluto investi-

do por habitante em Santa Cruz do Arari compromete a expansão dos serviços. O descompasso entre gasto e cobertura de esgoto revela possíveis ineficiências ou limitações operacionais. A disparidade em relação ao estado do Pará que investiu quatro vezes mais por habitante expõe a urgência de elevar a capacidade fiscal e a eficiência na aplicação de recursos. Investimentos consistentes e bem planejados são indispensáveis para que o município avance em cobertura sanitária e enfrente problemas estruturais (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 34/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



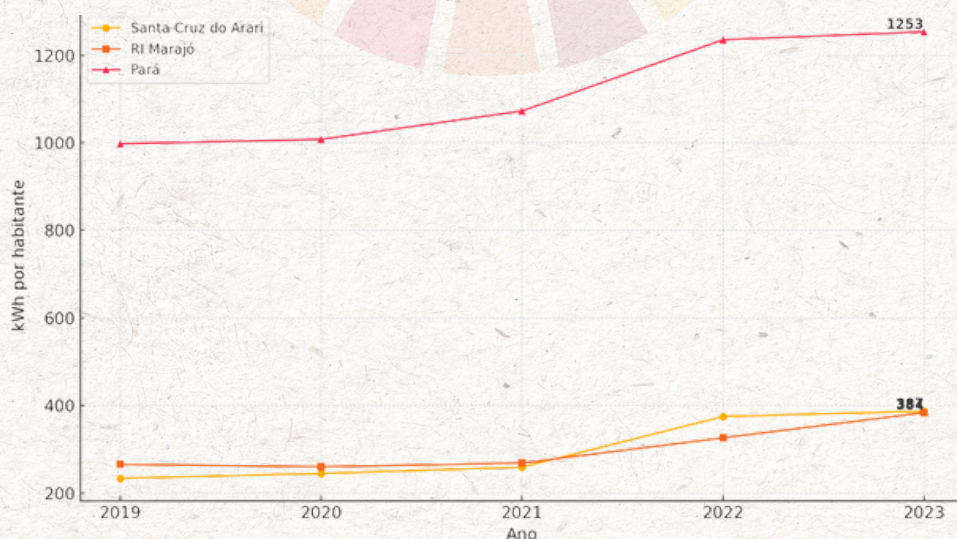
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Santa Cruz do Arari, o consumo médio por habitante cresceu consideravelmente entre 2019 e 2023. Em 2019, o consumo era de 238 kWh/hab., mantendo-se estável até 2021, com leve aumento para 261 kWh/hab. Em 2022, houve um salto expressivo para 363 kWh/hab., chegando a 383 kWh/hab. em 2023. A Região de Integração do Marajó acompanhou a tendência, partindo de 267 kWh/hab. em 2019 e atingindo 381 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará apresentou patamar muito superior, iniciando com 999 kWh/

hab. e encerrando com 1.253 kWh/hab. (Gráfico 13).

Apesar do crescimento recente, o município de Santa Cruz do Arari ainda consome menos de um terço da média estadual. O aumento pode refletir maior acesso à energia e expansão do consumo doméstico, mas ainda indica limitações no padrão de vida e infraestrutura local. A região do Marajó, mesmo com desempenho semelhante, também se mantém bem abaixo do estado. O Pará como um todo teve crescimento contínuo e robusto, com salto de 250 kWh/hab. entre 2021 e 2022. A disparidade regional evidencia a necessidade de políticas para universalizar o acesso e garantir qualidade energética em áreas isoladas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 383 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

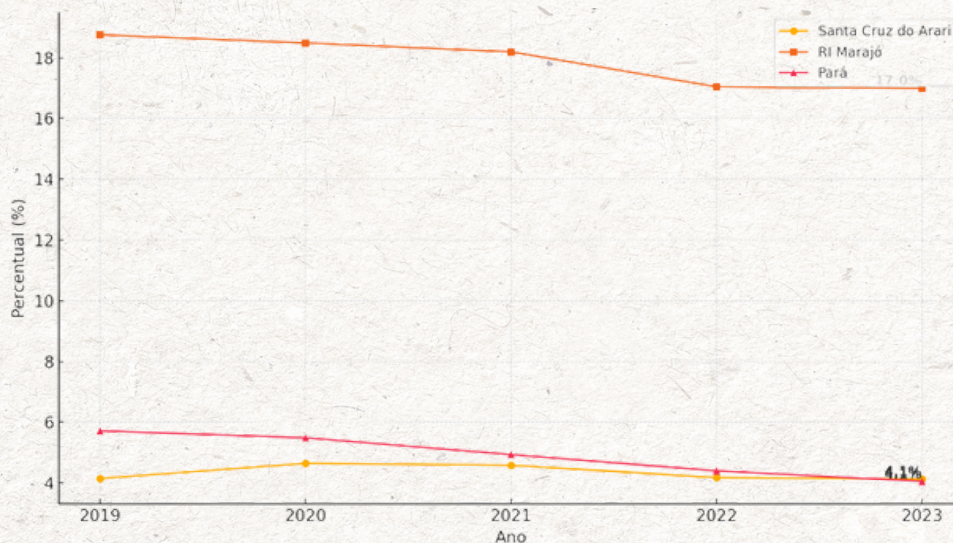
Em Santa Cruz do Arari, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil oscilou levemente, mas manteve-se em patamar relativamente estável. Em 2019, era de 4,1%, subindo para 4,7% em 2020 e mantendo-se em 4,6% em 2021. A partir de 2022, houve uma leve queda para 4,3%, encerrando 2023 novamente em 4,1%. A RI do Marajó apresentou valores muito mais altos, iniciando com 18,9% em 2019 e diminuindo para 17,0% em 2023. O estado do Pará iniciou com 5,7% e recuou, finalizando com 4,1% (Gráfico 14).



O município de Santa Cruz do Arari mostra uma situação melhor que a média regional, mas similar à média estadual no fim da série. A estabilidade do indicador entre 2019 e 2023 pode sinalizar um limite já alcançado na substituição de fontes fósseis por elétricas no segmento de baixa renda. No entanto, o fato de ainda existir esse tipo de iluminação revela fragilidades em áreas isoladas ou com infraestrutura precária. A redução mais expressiva no estado e na RI sugere que há espaço para avanço local, especialmente com reforço em políticas de universalização do acesso à energia (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

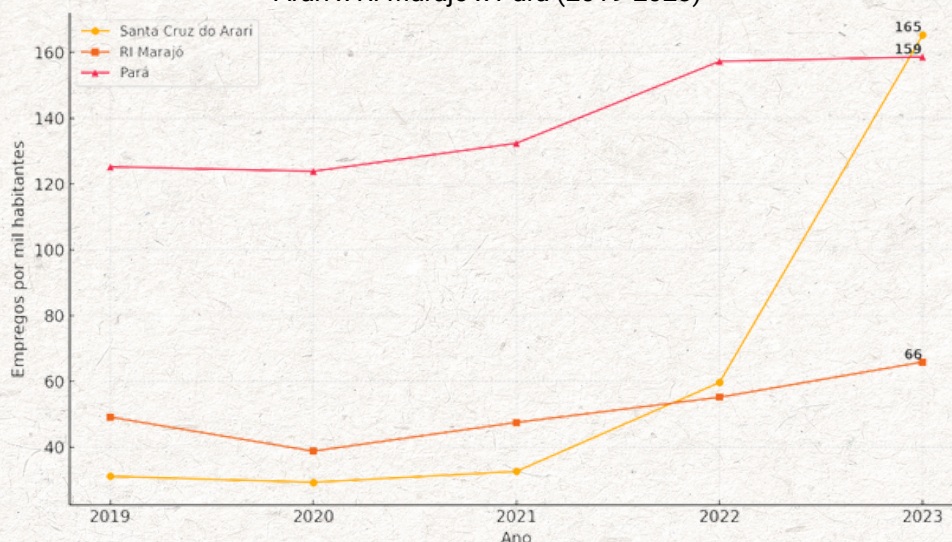


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Santa Cruz do Arari, o número de empregos formais por mil habitantes permaneceu relativamente baixo entre 2019 e 2021. Em 2019, eram 32,8 empregos por mil habitantes, caindo para 31,1 em 2020 e subindo levemente para 33,5 em 2021. A partir de 2022, houve uma mudança significativa: o número saltou para 59,4 e, em 2023, chegou a 165,1 ultrapassando tanto a RI do Marajó quanto o estado do Pará. A RI iniciou 2019 com 49,4 e evoluiu gradualmente até 66,3 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo, de 125,6 para 158,9 no mesmo período (Gráfico 15).

A inflexão em 2022 e o expressivo crescimento em 2023 indicam um forte dinamismo recente no mercado formal de trabalho em Santa Cruz do Arari. Esse avanço pode estar relacionado a políticas de fomento ao emprego, regularização de vínculos formais ou novos empreendimentos locais. A comparação com os níveis regional e estadual revela uma mudança de patamar: o município que antes tinha os menores índices, em 2023 lidera o ranking. No entanto, a magnitude do salto sugere a necessidade de averiguação quanto à consistência estatística e natureza dos vínculos. Caso confirmada, a tendência representa uma transformação importante para a economia local. A sustentabilidade desse crescimento dependerá da manutenção da atividade econômica e da qualificação da força de trabalho (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 165 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Santa Cruz do Arari apresentou crescimento consistente do PIB per capita no período de 2018 a 2022. Em 2018, o município registrava R\$ 6.741 por habitante, valor que se manteve estável em 2019 e aumentou para R\$ 7.931 em 2020. Em 2021, o indicador cresceu ainda mais, atingindo R\$ 9.281, e fechou 2022 com R\$ 13.137. A Região de Integração do Marajó teve variação de R\$ 9.048 em 2018 para R\$ 10.162 em 2022. Já o Pará apresentou elevação acentuada: de R\$ 18.993 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, mantendo-se bem acima dos demais recortes (Gráfico 16).

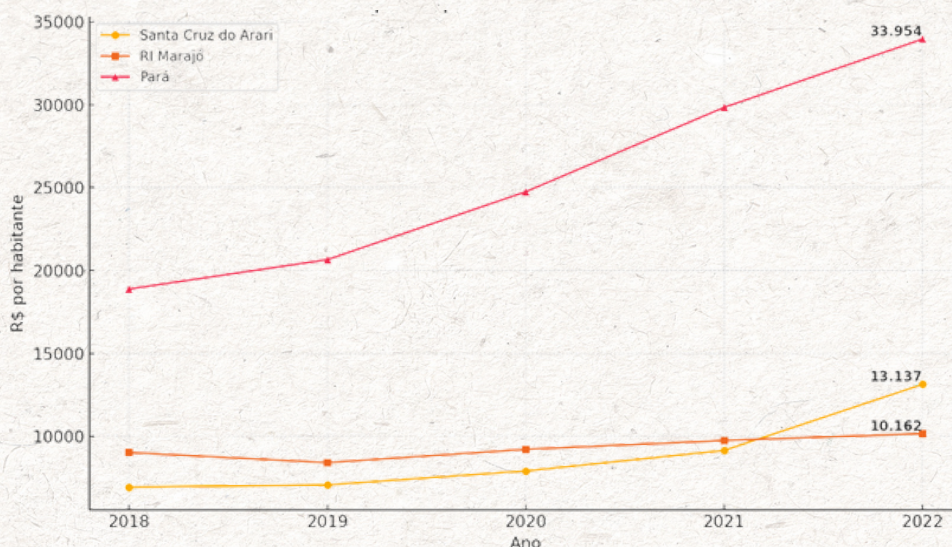


Embora Santa Cruz do Arari tenha registrado crescimento percentual expressivo, seu nível de PIB per capita ainda é inferior às médias regional e estadual. A diferença em relação ao Pará, de mais de R\$20 mil em 2022, evidencia desigualdades estruturais e limita-

ções econômicas locais. Por outro lado, o ritmo de crescimento do município entre 2021 e 2022 (cerca de 41%) é um sinal de dinamismo recente. Esse avanço pode estar atrelado ao setor agropecuário ou ao aumento de atividades comerciais e serviços. Para que o crescimento seja sustentável e inclusivo, é necessário diversificar a base produtiva, aumentar o valor agregado local e investir em capital humano. A manutenção dessa tendência positiva pode contribuir para a redução das desigualdades territoriais na região (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13.137/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

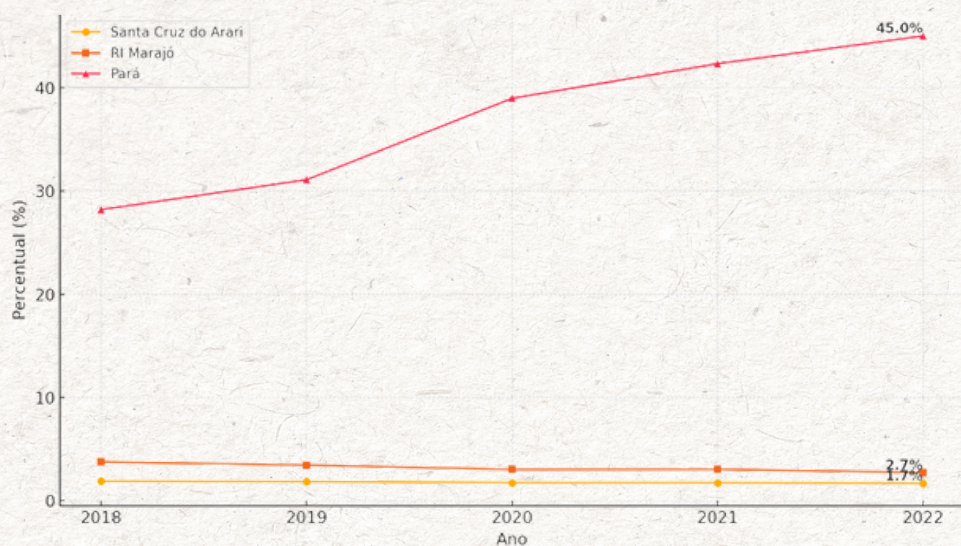


Santa Cruz do Arari apresentou um comportamento estável e baixo no indicador de valor adicionado da indústria como percentual do PIB. Em 2018, esse valor foi de 1,9%, reduzindo-se para 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 2021, e mantendo-se nesse patamar em 2022. A RI do Marajó oscilou entre 3,8% e 2,7%, também com tendência de queda. Em contrapartida, o estado do Pará demonstrou aumento expressivo: partindo de 28,4% em 2018 e atingindo 45,0% em 2022. A diferença entre o município e o estado se ampliou significativamente ao longo dos anos (Gráfico 17).

A baixa representatividade da indústria no PIB de Santa Cruz do Arari revela a dependência de outras atividades econômicas, como agropecuária e serviços. A ausência de crescimento nesse setor indica fragilidades na estrutura produtiva e baixa industrialização. Em contrapartida, o avanço do setor industrial no Pará mostra que há potencial para investimentos e expansão regional. A estagnação local pode estar associada à falta de infraestrutura, logística precária e baixa capacitação da mão de obra. Para que Santa Cruz do Arari possa desenvolver sua economia de forma mais equilibrada, é essencial atrair pequenos empreendimentos industriais, estimular cooperativas locais e fomentar a transformação de produtos primários. O fortalecimento da indústria pode gerar empregos formais, aumentar a renda e dinamizar a economia local (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santa Cruz do Arari, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em 6,3 em 2019, caindo para 5,0 em 2020 e atingindo o menor valor da série em 2021, com 4,5. A partir de 2022, houve um crescimento expressivo: saltou para 20,3 e chegou a 25,1 em 2023. A Região de Integração do Marajó teve crescimento mais modesto,

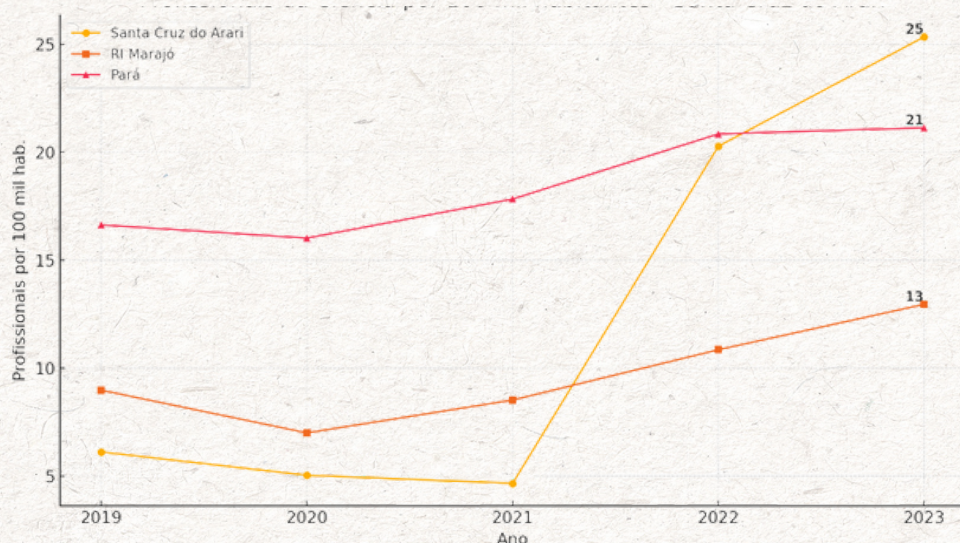


passando de 9,1 em 2019 para 13,0 em 2023. O estado do Pará partiu de 16,6 em 2019 e cresceu até 21,0 em 2023, mantendo desempenho superior à RI, mas sendo superado por Santa Cruz do Arari no último ano (Gráfico 18).

A inflexão acentuada em Santa Cruz do Arari a partir de 2022 sugere inserção ou reconhecimento de novos vínculos profissionais na área científica. Esse avanço pode estar relacionado à contratação de professores, pesquisadores ou técnicos com atuação em educação, saúde ou agropecuária. Apesar do crescimento recente, o município partiu de um patamar muito baixo, o que relativiza o avanço. Ainda assim, ultrapassar o índice estadual em 2023 é um feito notável e pode sinalizar novos rumos na estrutura ocupacional local. Investir em ciência e tecnologia pode ampliar os impactos positivos para o desenvolvimento sustentável do território (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



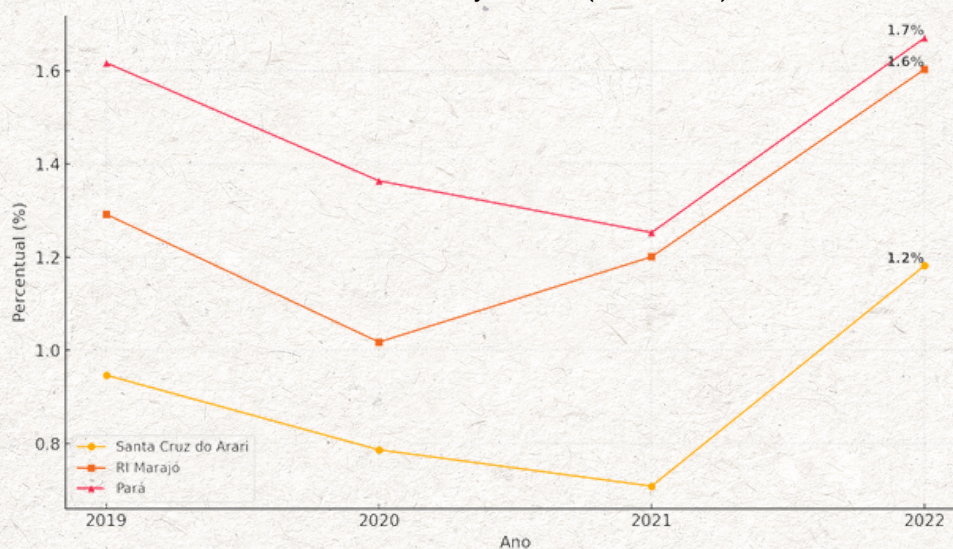
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Santa Cruz do Arari iniciou 2019 com a massa salarial dos vínculos formais representando 0,95% do PIB. Esse percentual caiu para 0,78% em 2020 e atingiu o menor nível em 2021, com 0,70%. Em 2022, houve recuperação significativa, alcançando 1,2%. A RI do Marajó partiu de 1,30% em 2019 e apresentou queda até 2021 (1,21%), com elevação para 1,60% em 2022. Já o estado do Pará manteve-se à frente durante todo o período, oscilando de 1,62% em 2019 para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A trajetória de Santa Cruz do Arari revela baixa participação da massa salarial formal

na geração de riqueza local, especialmente até 2021. O salto em 2022 indica aumento no número de empregos formais e/ou valorização salarial, embora ainda abaixo da média regional e estadual. Isso aponta para uma economia onde o setor informal ou a baixa remuneração ainda predominam. A evolução positiva mais recente pode estar associada à expansão de serviços públicos ou atividades com vínculos formais. Consolidar essa recuperação exigirá políticas que estimulem formalização, valorização do trabalho e dinamismo econômico local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

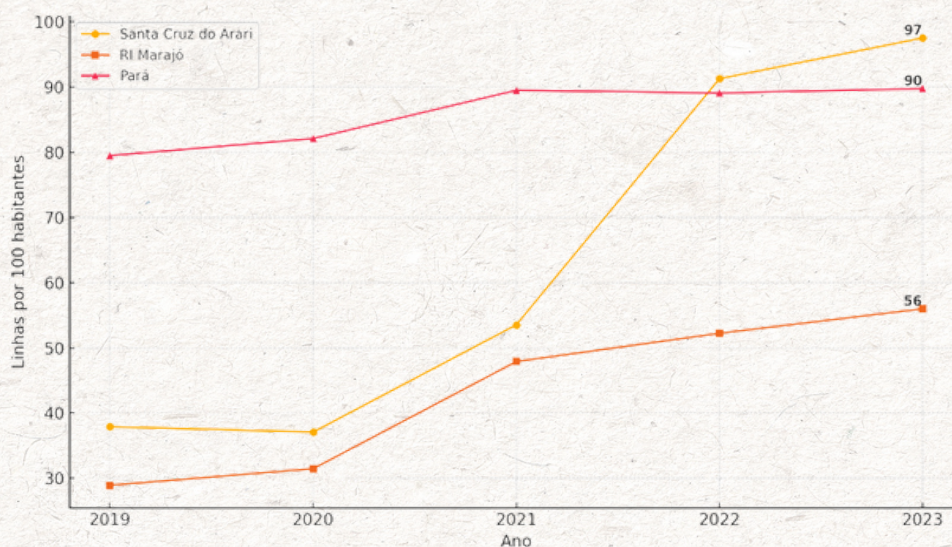
Acesso à Telefonia Móvel

Em Santa Cruz do Arari, o acesso à telefonia móvel teve forte expansão entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 37,6 linhas por 100 habitantes em 2019, manteve-se estável em 2020 (36,9), e cresceu para 53,8 em 2021. A partir daí, a expansão foi intensa: 91,2 em 2022 e 97,0 em 2023. A RI do Marajó passou de 28,6 para 56,0 no mesmo período, enquanto o estado do Pará foi de 79,8 para 90,1, com evolução mais linear. Em 2023, Santa Cruz ultrapassou os níveis estadual e regional (Gráfico 20).

Esse crescimento expressivo indica melhorias significativas na infraestrutura de telecomunicação local. Pode refletir investimentos privados em cobertura de sinal ou políticas públicas voltadas à inclusão digital. O avanço fortalece o potencial de comunicação, acesso à informação, educação a distância e serviços bancários. A superação da média estadual em 2023 representa um marco para a conectividade do município. Ainda é necessário investigar se esse acesso está igualmente distribuído e com qualidade adequada. A manutenção e ampliação desse acesso serão estratégias para o desenvolvimento social e econômico da localidade (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 97 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

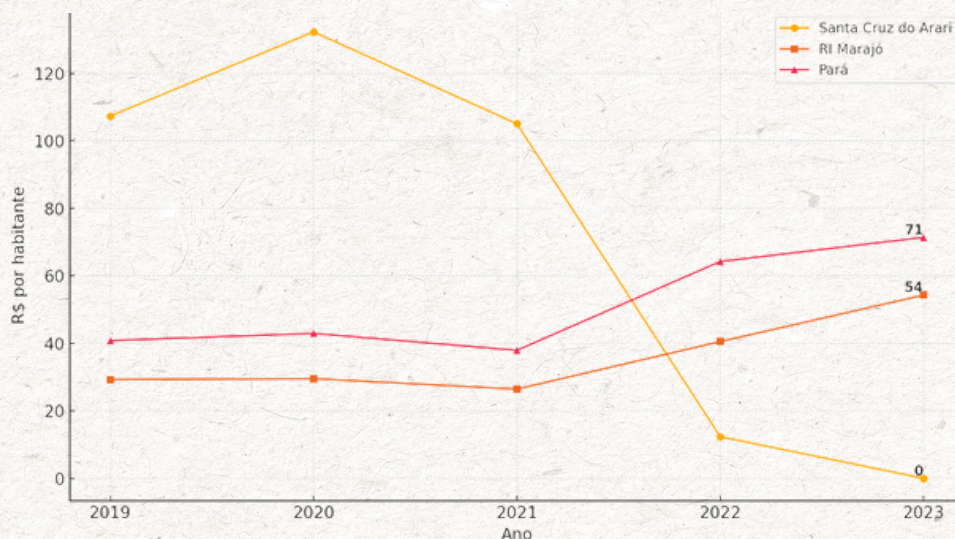
Santa Cruz do Arari apresentou um comportamento instável e decrescente neste indicador. Em 2019, o gasto era de R\$ 108,0 por habitante, subindo para R\$ 133,9 em 2020, e recuando para R\$ 105,5 em 2021. A partir de 2022, houve uma queda brusca: R\$ 12,4 naquele ano e R\$ 0,0 em 2023. Já a RI do Marajó partiu de R\$ 29,3 em 2019 e chegou a R\$ 54,0 em 2023, enquanto o Pará evoluiu de R\$ 41,2 para R\$ 71,3. Isso mostra que, enquanto o município deixou de investir, os demais territórios ampliaram as despesas (Gráfico 21).

A redução para zero em 2023 evidencia ausência total de recursos aplicados nessas

áreas no município. Isso pode estar associado a reordenamento orçamentário, perda de capacidade fiscal ou ausência de políticas voltadas à cultura e ao meio ambiente. A situação contrasta fortemente com a tendência de crescimento observada no estado. Esse desinvestimento compromete a preservação ambiental, o patrimônio cultural e a promoção de atividades comunitárias. A retomada do financiamento público nesses setores é essencial para garantir identidade local, sustentabilidade e inclusão. A reversão dessa queda é urgente para evitar retrocessos sociais e ambientais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



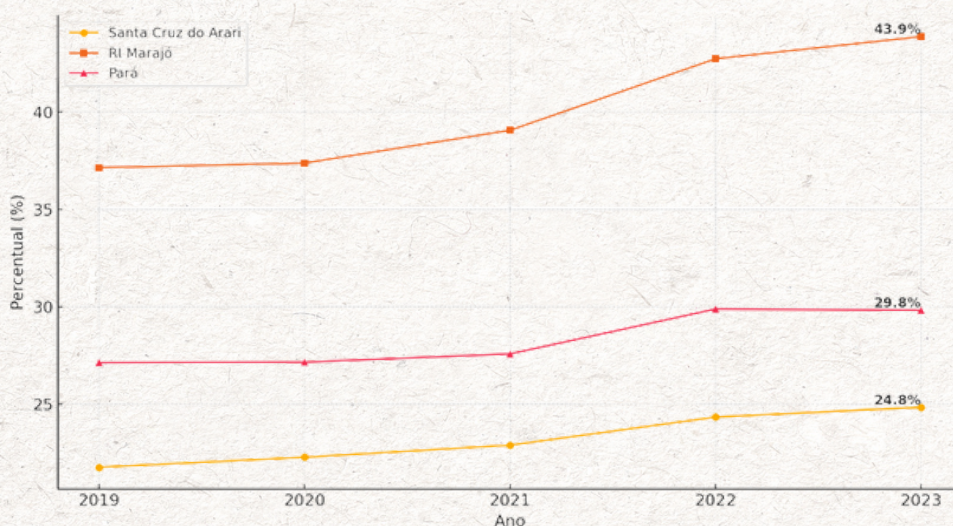
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Santa Cruz do Arari, o percentual de pessoas de baixa renda que utilizam práticas inadequadas de destinação de lixo aumentou ao longo do período. Em 2019, o indicador era de 21,7%, passando a 22,3% em 2020 e 22,9% em 2021. Em 2022, subiu para 24,2% e, em 2023, atingiu 24,8%. A RI do Marajó apresentou valores muito mais altos, de 37,0% em 2019 para 43,9% em 2023. Já o estado do Pará oscilou de 27,1% para 29,8%, também em crescimento (Gráfico 22).

Apesar de apresentar os menores percen-

percentuais entre os territórios analisados, Santa Cruz do Arari exhibe tendência contínua de piora. Isso indica fragilidade na oferta de coleta de resíduos sólidos em áreas vulneráveis. O crescimento do indicador reflete o avanço da precariedade nos serviços básicos, especialmente em zonas rurais ou periféricas. A prática de queima e enterramento de lixo é prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública. A comparação com a média estadual mostra que o município está mais bem posicionado, mas o agravamento da situação exige medidas corretivas. (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

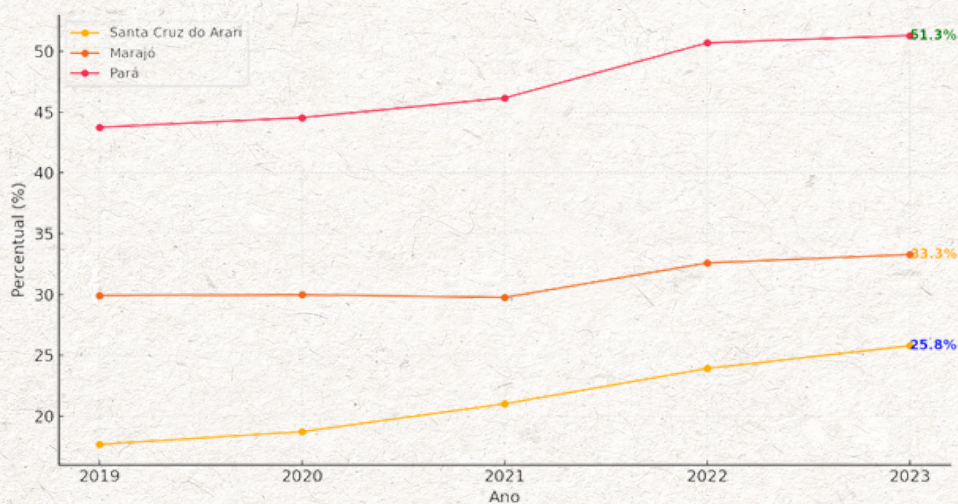
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Santa Cruz do Arari registrou crescimento constante no percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar. Em 2019, o índice era de 17,6%, aumentando para 18,8% em 2020, 20,8% em 2021 e 23,9% em 2022, chegando a 25,8% em 2023. A RI do Marajó partiu de 29,9% em 2019 e chegou a 33,3% em 2023. O estado do Pará apresentou valores significativamente mais elevados, com crescimento de 43,8% para 51,3% no mesmo intervalo (Gráfico 23).

Embora Santa Cruz apresente os menores valores da série, o aumento progressivo é preocupante. A fossa rudimentar é um tipo

precário de sistema sanitário, com riscos à saúde e contaminação do solo e da água. O crescimento do indicador pode estar ligado à ausência de saneamento adequado e à expansão de áreas com baixa urbanização. A comparação com a RI e o estado evidencia que o município está em melhor situação relativa, mas ainda distante de um cenário ideal. É essencial implementar políticas de saneamento básico, especialmente voltadas às comunidades de baixa renda. A reversão dessa tendência é fundamental para promover saúde pública e dignidade (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

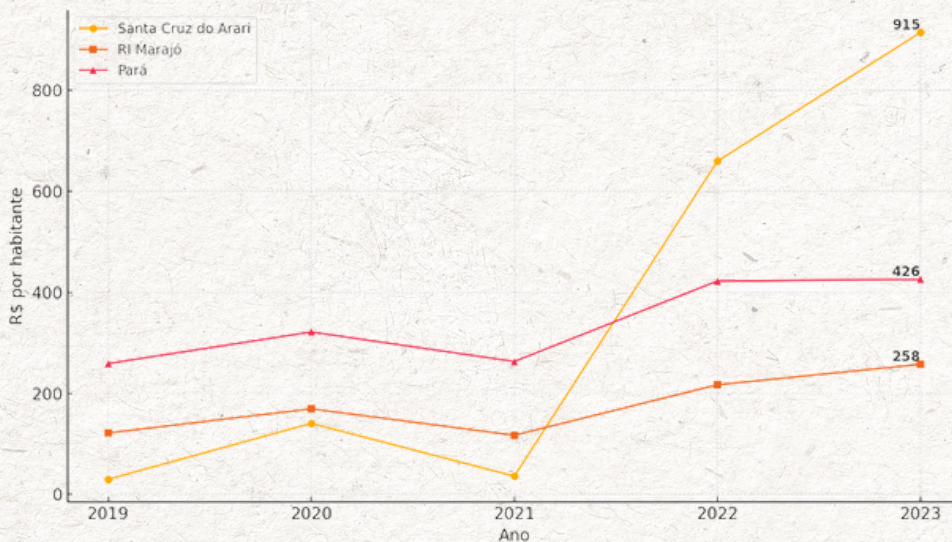
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Santa Cruz do Arari, o gasto per capita com prevenção de desastres apresentou crescimento significativo ao longo do período. Em 2019, foi de apenas R\$ 34 por habitante, aumentando para R\$ 145 em 2020, antes de cair para R\$ 41 em 2021. A partir de 2022, os valores dispararam: R\$ 662 naquele ano e R\$ 915 em 2023. A Região do Marajó oscilou de R\$ 124 em 2019 para R\$ 258 em 2023, e o Pará cresceu de R\$ 263 para R\$ 426. Em 2023, Santa Cruz registrou o maior valor entre os três recortes, superando até o nível estadual (Gráfico 24).



Esse aumento expressivo sugere priorização local no enfrentamento a riscos ambientais, possivelmente ligados a inundações, erosão ou eventos climáticos extremos. O salto a partir de 2022 pode indicar execução de programas emergenciais ou investimentos estruturantes em defesa civil e contenção de riscos. Em comparação, o ritmo de crescimento do Pará e da RI foi bem mais moderado, revelando uma escolha orçamentária mais enfática por parte do município. Apesar disso, é necessário analisar a efetividade desses gastos e sua distribuição territorial. A continuidade desses investimentos pode consolidar uma cultura de prevenção. Contudo, é essencial garantir também a integração com políticas de ordenamento urbano e resiliência ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 915/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

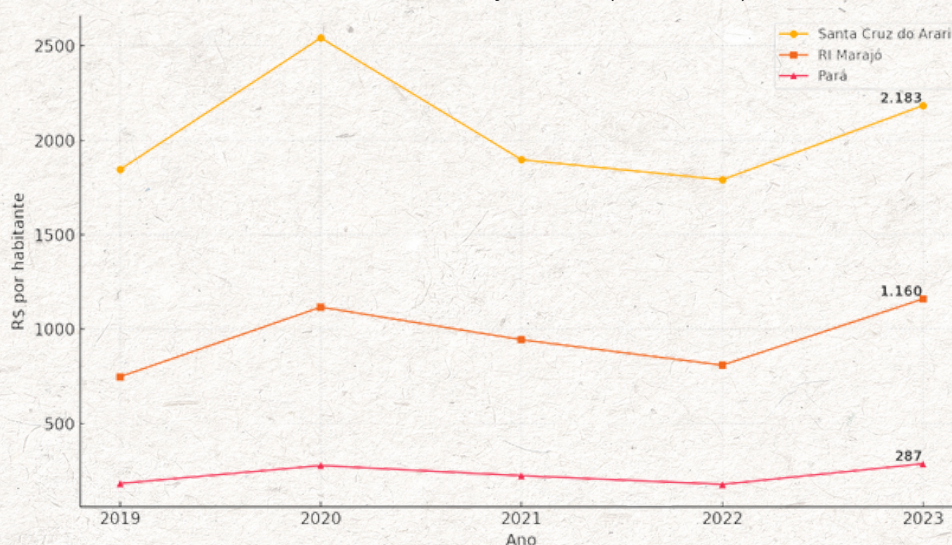
Despesa per capita com preservação aquática

Santa Cruz do Arari manteve altos níveis de investimento per capita em preservação aquática ao longo de todo o período analisado. Em 2019, o valor foi de R\$ 1.857 por habitante, subindo para R\$ 2.542 em 2020, o maior da série. Em 2021 e 2022, houve leve retração para R\$ 1.914 e R\$ 1.798, respectivamente. Em 2023, o indicador voltou a crescer, atingindo R\$ 2.183. A RI do Marajó iniciou em R\$ 754 e terminou em R\$ 1.160, enquanto o estado do Pará variou de R\$ 178 para R\$ 287. Em todos os anos, Santa Cruz liderou com larga vantagem (Gráfico 25).

Essa forte alocação de recursos demonstra uma estratégia consistente voltada à prote-

ção de corpos hídricos, ecossistemas aquáticos ou gestão de áreas ribeirinhas. O município, localizado em área sensível do arquipélago do Marajó, pode estar reagindo a pressões ambientais ou buscando preservar sua base pesqueira e turística. O patamar de investimento é muito superior à média estadual e regional, indicando prioridade explícita. Ainda que os valores sejam altos, é importante avaliar a qualidade dos projetos e os impactos gerados. A oscilação entre 2021 e 2022 pode sinalizar desafios de execução orçamentária. O avanço recente retoma a tendência de valorização do meio ambiente como ativo local (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.183/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

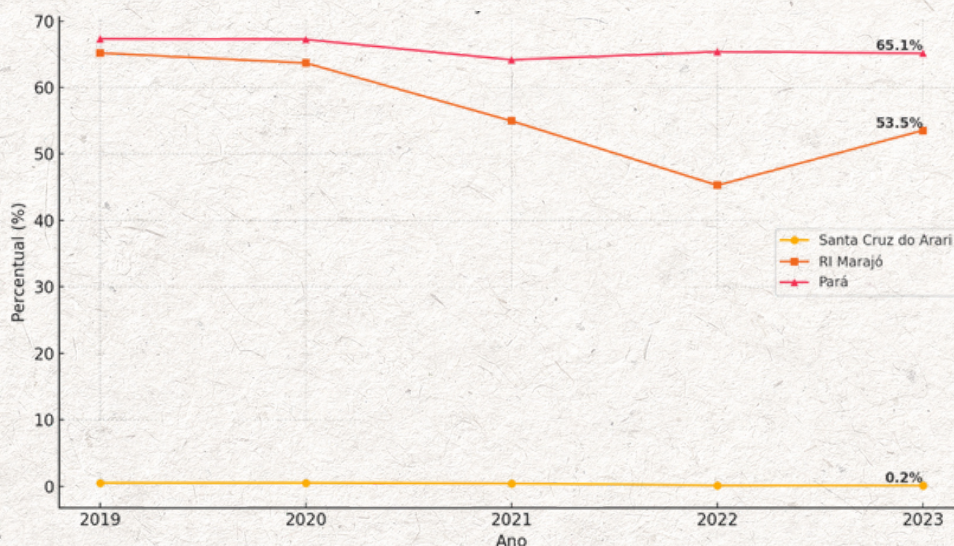
Santa Cruz do Arari manteve praticamente inalterado o percentual de área de floresta em relação ao território total entre 2019 e 2023. O índice foi de 0,2% durante toda a série histórica, indicando cobertura florestal extremamente reduzida. Em contraste, a RI do Marajó apresentou queda de 65,6% em 2019 para 53,5% em 2023, enquanto o estado do Pará permaneceu relativamente estável, com leve oscilação de 67,4% para 65,1%. Isso evidencia que, embora o município esteja localizado numa região rica em florestas, seu território não compartilha dessa característica (Gráfico 26).

A baixa cobertura florestal de Santa Cruz pode estar asso-

ciada à presença predominante de áreas de campos naturais, pastagens ou atividades agropecuárias. Essa condição geográfica, portanto, relativiza a leitura do indicador em termos ambientais. Enquanto a RI enfrentou perda significativa de floresta ao longo do período, Santa Cruz já parte de uma base praticamente inexistente de vegetação densa. Isso sugere menor vulnerabilidade à pressão por desmatamento, mas também possível menor foco em reflorestamento. Políticas ambientais no município devem estar mais voltadas à proteção de manguezais, corpos hídricos e áreas de transição do que à conservação de florestas propriamente ditas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

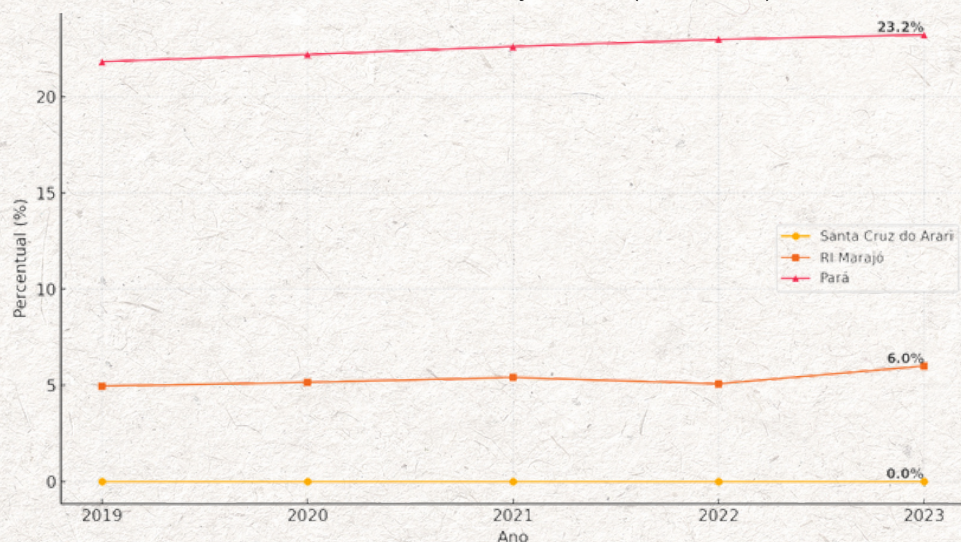
Santa Cruz do Arari manteve o percentual de área desmatada em 0,0% durante todos os anos de 2019 a 2023, destacando-se positivamente frente à realidade regional e estadual. Na RI do Marajó, o índice cresceu de 5,0% em 2019 para 6,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória de crescimento contínuo, partindo de 21,8% em 2019 e alcançando 23,2% em 2023. A estabilidade absoluta em Santa Cruz do Arari indica ausência de novos desmatamentos registrados no período (Gráfico 27).

A manutenção de um território

livre de desmatamento reflete positivamente no compromisso ambiental do município. Mesmo com baixa cobertura florestal, a conservação de suas áreas naturais pode estar protegida por regulamentações locais ou desinteresse econômico na conversão do uso do solo. O avanço do desmatamento no Pará, por outro lado, continua a ser um dos grandes desafios ambientais do país. Santa Cruz, neste contexto, apresenta-se como um exemplo de conservação — embora seu pequeno percentual de floresta limite os impactos ambientais positivos (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

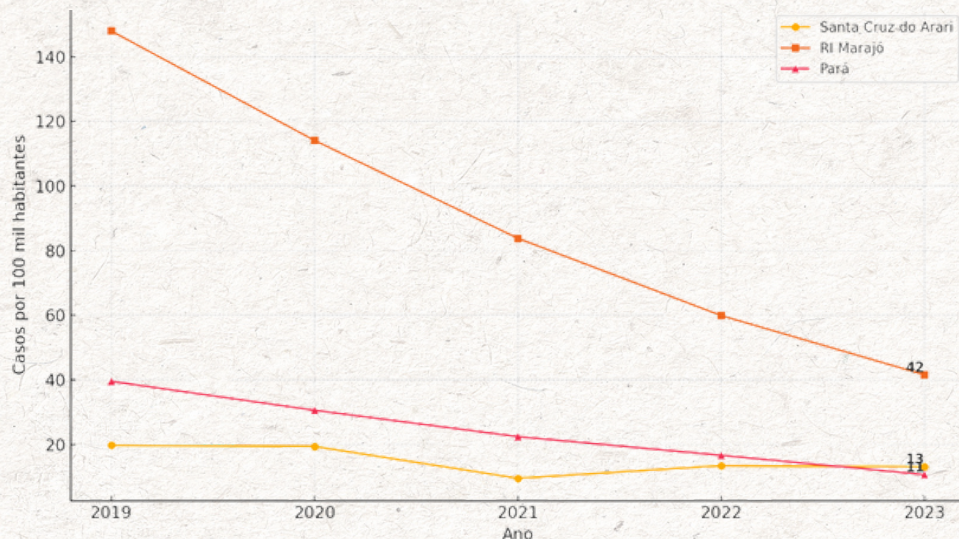
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santa Cruz do Arari, a taxa de trabalho infantil manteve-se estável entre 2019 e 2020, com 19,9 casos por 100 mil habitantes. Em 2021, houve queda para 9,9, seguida de leve aumento para 13,3 em 2022 e nova queda para 13,0 em 2023. Na Região de Integração do Marajó, o recuo foi mais expressivo: de 149,4 em 2019 para 42,1 em 2023. Já o estado do Pará apresentou queda contínua, de 39,7 para 12,5 no mesmo período. Com isso, Santa Cruz passou a ficar ligeiramente acima da média estadual no fim da série (Gráfico 28).

A tendência geral é de redução no trabalho infantil em todos os níveis analisados, embora o município apresente oscilações pontuais. A queda acentuada na RI Marajó pode refletir ações regionais mais robustas de enfrentamento à vulnerabilidade infantil. A leve retomada em 2022 em Santa Cruz exige atenção para possíveis retrocessos na proteção social. Ainda que os números absolutos sejam baixos, o ideal é a erradicação total do trabalho infantil. Políticas integradas com educação, assistência social e geração de renda são fundamentais para consolidar o avanço (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

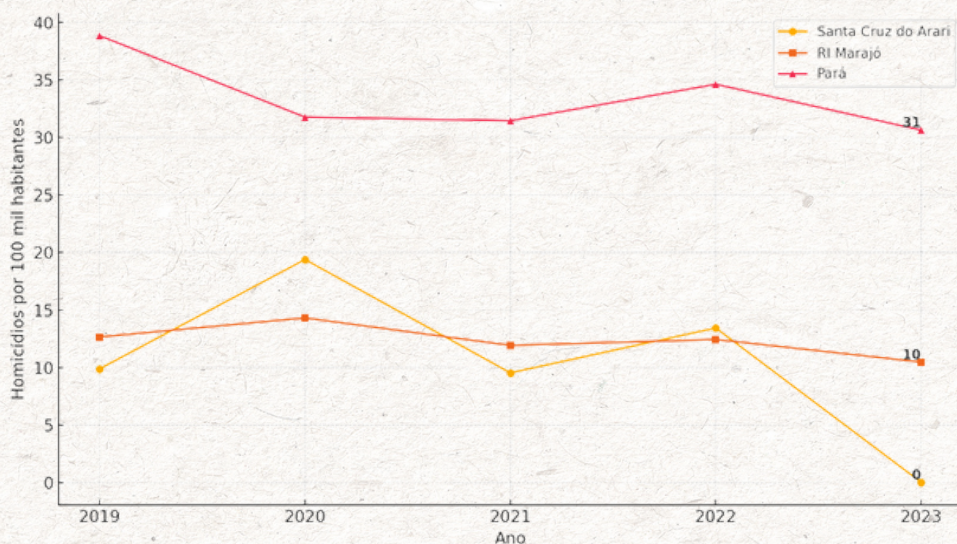
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Santa Cruz do Arari apresentou oscilação acentuada na taxa de homicídios. Em 2019, a taxa era de 10,2, subindo para 19,4 em 2020, e caindo para 9,4 em 2021. Em 2022, houve novo aumento para 13,1, seguido por queda abrupta para 0,0 em 2023, marcando o melhor desempenho da série. A RI Marajó mostrou estabilidade, variando de 12,8 em 2019 para 10,2 em 2023. O Pará manteve taxas elevadas, entre 38,8 em 2019 e 30,9 em 2023, sempre superiores ao município e à região (Gráfico 29).

A redução para zero em 2023 é um dado altamente positivo para Santa Cruz do Arari

e reflete, possivelmente, ações pontuais de segurança pública, vigilância comunitária ou mudanças demográficas. A flutuação nos anos anteriores, no entanto, sugere vulnerabilidade a variações locais. A média estadual continua muito acima, indicando que o problema da violência letal persiste em grande escala no Pará. A diferença entre o município e o estado reforça a necessidade de políticas adaptadas ao contexto local. Manter o índice zero nos próximos anos seria um marco para a segurança e qualidade de vida da população de Santa Cruz (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



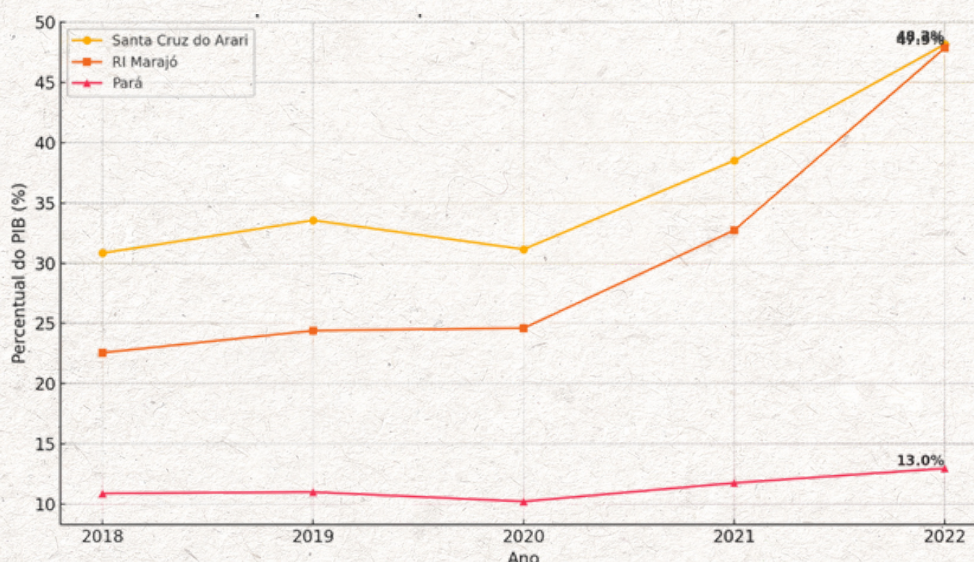
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Santa Cruz do Arari apresentou aumento expressivo no gasto público municipal como percentual do PIB ao longo do período. Em 2018, esse percentual era de 30,9%, subindo para 33,6% em 2019. Houve uma leve queda para 31,2% em 2020, mas a tendência foi revertida com fortes elevações nos anos seguintes: 38,5% em 2021 e 48,2% em 2022. Já a Região de Integração do Marajó iniciou em 22,5% em 2018, atingindo 47,9% em 2022, aproximando-se dos níveis municipais. O Pará, por sua vez, teve crescimento bem mais contido, partindo de 10,8% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Esse comportamento evidencia uma intensificação do peso do setor público local na eco-

nomia municipal, principalmente a partir de 2021. O salto de mais de 10 pontos percentuais entre 2021 e 2022 pode indicar aumento de arrecadação própria, ampliação de transferências ou elevação do gasto efetivo. A tendência semelhante verificada na RI Marajó sugere uma conjuntura regional favorável ao gasto público, talvez ligada a programas federais e estaduais. Em contrapartida, o estado do Pará permanece com uma participação muito mais baixa do gasto municipal em relação ao PIB, sugerindo maior diversificação econômica ou menor dependência fiscal. Para Santa Cruz, o dado acende alerta sobre possível excesso de dependência da máquina pública (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

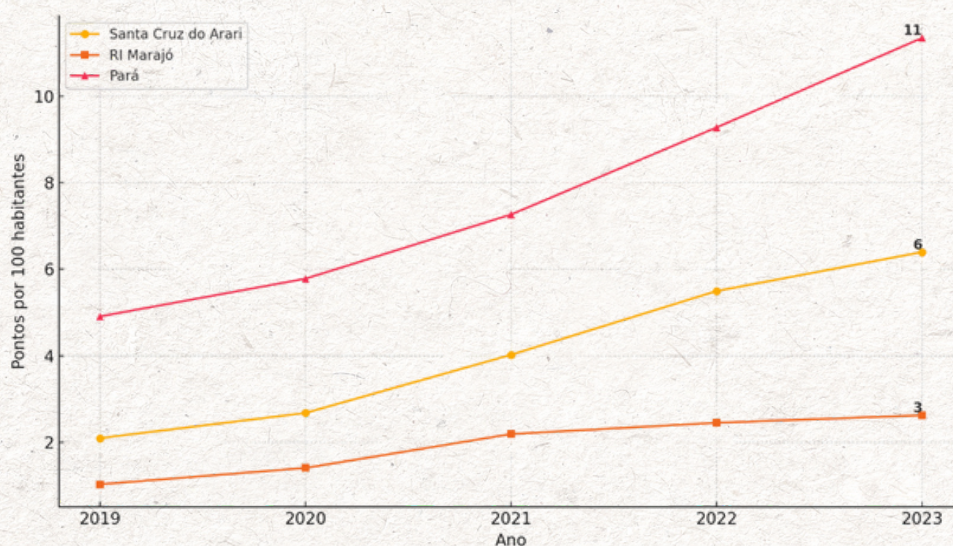
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Santa Cruz do Arari apresentou crescimento contínuo na taxa de acesso à banda larga fixa entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 2,1 pontos por 100 habitantes em 2019 e chegou a 6,4 pontos em 2023. A evolução se deu de forma consistente: 2,6 em 2020, 4,0 em 2021 e 5,5 em 2022. A Região de Integração do Marajó cresceu de forma mais lenta, de 1,0 em 2019 para 2,7 em 2023. Já o estado do Pará registrou avanço acelerado, partindo de 4,9 para 11,0 pontos por 100 habitantes no mesmo intervalo (Gráfico 31).

O dado indica um esforço gradual de ampliação da conectividade em Santa Cruz, apesar de ainda estar abaixo da média estadual. A diferença em relação ao Pará, que atingiu quase o dobro da taxa municipal em 2023, evidencia um desequilíbrio territorial no acesso à infraestrutura digital. Mesmo com desempenho superior ao da região do Marajó, o município ainda precisa avançar para alcançar padrões mais adequados à inclusão digital. A universalização da internet é essencial para acesso a serviços públicos, educação, comércio e participação cidadã. O (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

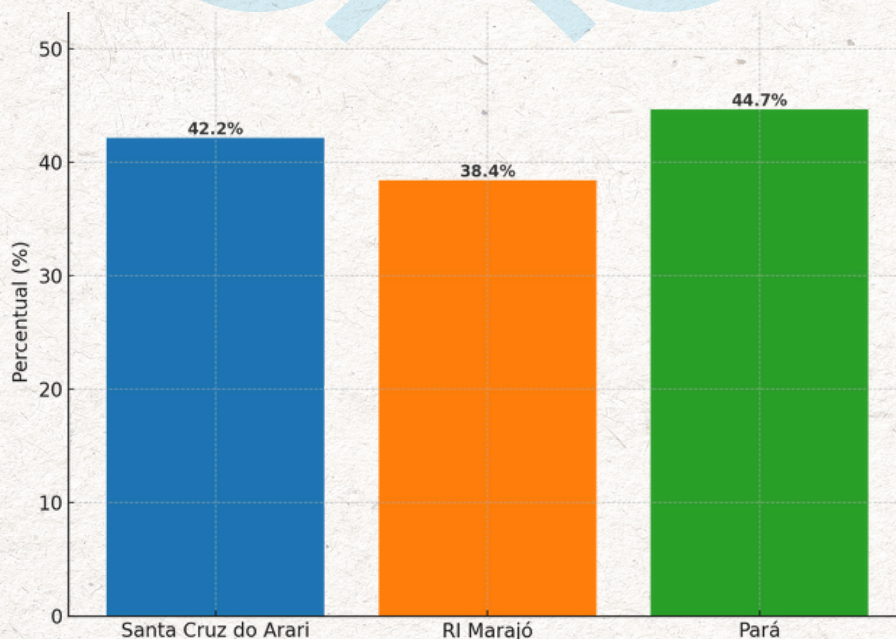
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Cruz do Arari** registrou um IDS de **42,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Cruz do Arari x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



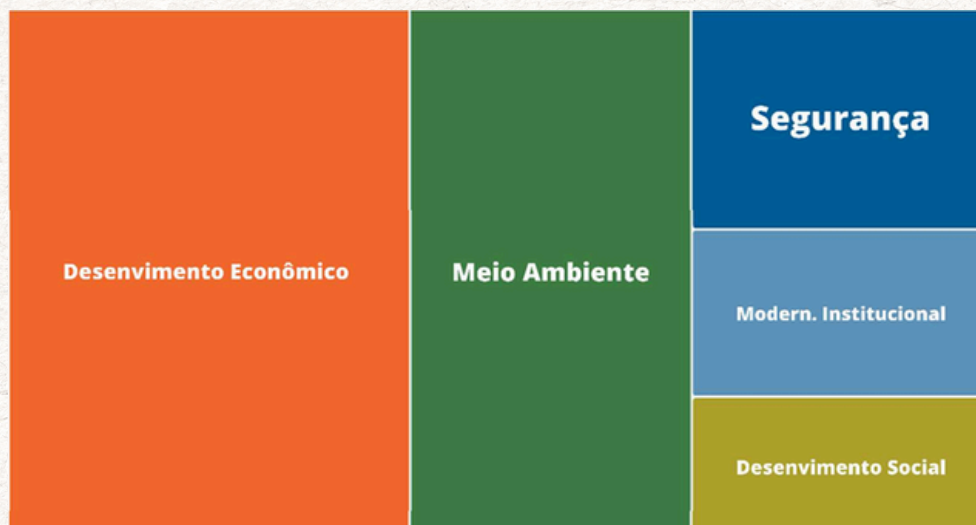
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



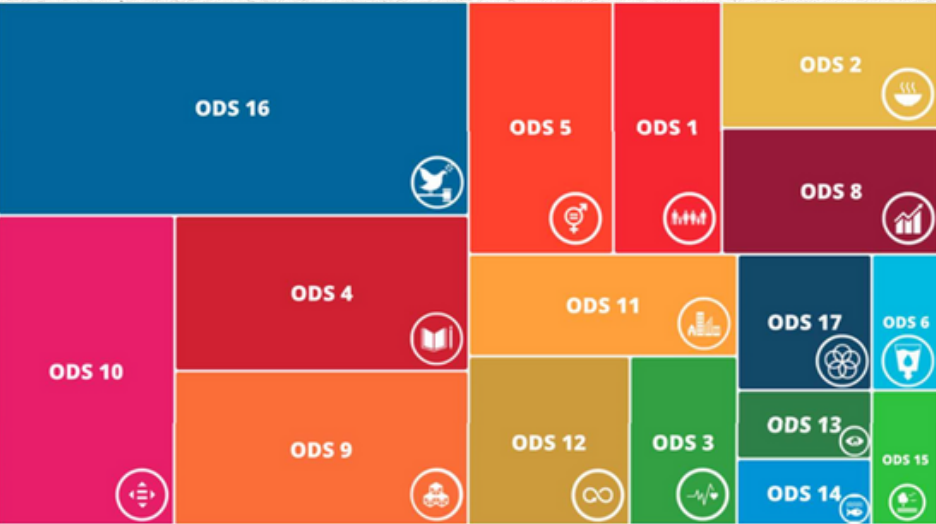
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).






Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

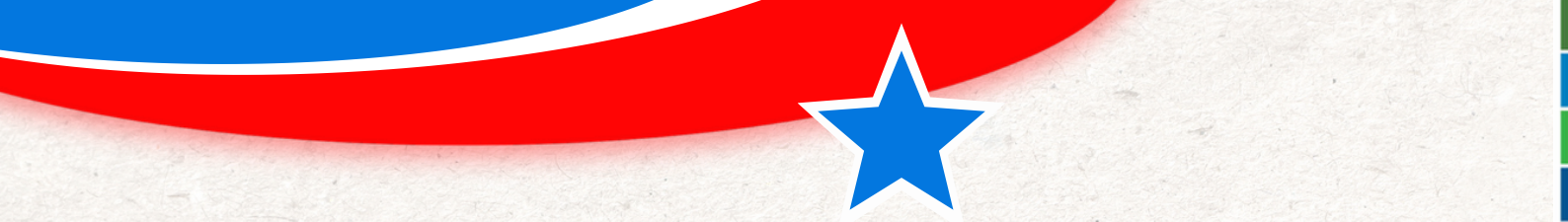
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-


is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santa Cruz do Arari na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santa Cruz do Arari e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

